

Materializando o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano: a Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal em 1962

Materializing pedagogical ruralism of an antipoffian type: the Exhibition of Rural Schools in the Federal District in 1962

Juarez José Tuchinski dos Anjos*

Palavras-chave:
Exposições escolares no
Distrito Federal
Ruralismo Pedagógico
Helena Antipoff

Resumo: O objetivo do artigo é identificar, nos objetos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do DF (1962), a materialização dos pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano naquela região. A hipótese é de que, pelo cruzamento do material exposto com os pressupostos do ruralismo de tipo antipoffiano presentes nos escritos de Helena Antipoff, é possível afirmar que tal perspectiva pedagógica foi implantada e materializada nos artefatos postos em exibição. Os resultados apontam que os artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais materializavam uma prática pedagógica a serviço de interesses econômicos e sociais mais amplos. Os artefatos ligados ao ensino da música materializavam preocupações com uma educação integral da criança. Já os artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural constituíam-se em uma espécie de educação total, na qual todas as etapas envolvidas nesse tipo de teatro eram consideradas de teor e alcance educativo.

Keywords:
School Exhibitions in the
Federal District
Pedagogical Ruralism
Helena Antipoff

Abstract: The objective of this article is to identify, in the objects presented at the Rural Schools Exhibition of the Federal District (1962), the materialization of the assumptions of antipoffian pedagogical ruralism in that region. The hypothesis is that, by cross-referencing the exhibited material with the assumptions of antipoffian ruralism present in the writings of Helena Antipoff, it is possible to affirm that such a pedagogical perspective was implemented and materialized in the artifacts on display. The results indicate that the artifacts linked to craft practices in rural schools materialized a pedagogical practice serving broader economic and social interests. The artifacts linked to music education materialized concerns with a holistic education for the child. The artifacts linked to the pedagogical use of puppet theater in rural areas constituted a kind of total education, in which all stages involving this type of theater were considered to have educational content and scope.

Recebido em 07 de novembro de 2025. Aprovado em 25 de maio de 2026.

Introdução

Em julho de 1962, foi organizada uma exposição pedagógica das escolas rurais do Distrito Federal, na sede do Departamento de Ensino Elementar, em Brasília. O intuito era apresentar à comunidade os trabalhos realizados pelo serviço de orientação das escolas rurais junto às professoras e aos alunos desses estabelecimentos de ensino. Esse setor, formado por seis professores, iniciou sua atuação um ano antes, em 1961, quando esses educadores foram enviados ao Instituto Superior de Educação Rural, o ISER, na Fazenda do Rosário, em Ibirité, para, sob a condução da

educadora Helena Antipoff, aprenderem técnicas de ensino rural que deveriam, posteriormente, aplicar nas escolas rurais do Distrito Federal. Voltaram de lá em princípios de 1962 e, ao longo do primeiro semestre daquele ano, trataram de implantar em Brasília o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano.

O ruralismo pedagógico é, na história da educação brasileira, a corrente pedagógica pensada para a realidade do meio rural, que

[...] basicamente faz da fixação do homem à terra a grande meta de realização da escola, a cujo encargo estaria a transformação da mentalidade do homem da roça (Abrão, 1986, p. 19).

* Doutor em Educação. Professor da Universidade de Brasília. E-mail: juarezdosanjos@unb.br.

Esse discurso parte do pressuposto de que

[...] o homem da roça não está ‘integrado’, ‘ajustado’ ao sistema social e econômico, cujo ponto central faz da terra fator essencial de sustentação e riqueza para si e para o país (Abrão, 1986, p. 23).

Daí a necessidade de intervenção educativa em sua realidade.

No caso de Helena Antipoff, o seu ruralismo incorporava elementos das pedagogias ativas da Escola Nova e dos métodos da psicologia experimental, conferindo centralidade à criança no processo educativo rural e enfatizando

[...] a atividade e autonomia do educando, a atitude democrática, o respeito à diferença, a fé na ciência como instrumento de melhoria da vida e a integração entre a escola e a vida cotidiana (Campos, 2002, p. 454).

No contato com as fontes até aqui disponíveis e com a historiografia sobre a pedagogia de Helena Antipoff, tenho denominado esse modelo pedagógico trazido para o Distrito Federal de ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano.

Daí emerge a problemática de que se ocupa este artigo: as iniciativas do serviço de orientação rural do Distrito Federal, configuradas nos objetos exibidos na Exposição das Escolas Rurais, expressam uma materialização do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano no Distrito Federal? A hipótese em tela é de que, pelo cruzamento do material exposto com os pressupostos pedagógicos do ruralismo de tipo antipoffiano presentes em diversos escritos de Helena Antipoff, é possível, no campo das possibilidades históricas (Davis, 1987) e do discurso histórico disciplinado pela prova (Thompson, 2009), afirmar que tal perspectiva pedagógica foi implantada e materializada nos artefatos postos em exibição em 1962. O objetivo do artigo, portanto, consiste em identificar, nos objetos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal, realizada em 1962, a materialização dos pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano naquela região brasileira.

Embora, em nível nacional, a historiografia sobre a educação rural possa ser caracterizada como uma produção em crescimento, nenhum desses estudos abarcou as experiências desse tipo de ensino no Distrito Federal¹. Daí a relevância da proposta deste artigo, desenvolvido no interior de

um projeto de pesquisa que visa preencher esta lacuna historiográfica². Ademais, ele também dialoga com estudos sobre a cultura material escolar, aquela cultura empírica da escola (Escolano Benito, 2010) cuja materialidade dá suporte às práticas educativas, mas revela, também, os significados do fazer educativo da instituição escolar. Assim, ao colocarmos a atenção nos artefatos exibidos na exposição das escolas rurais do Distrito Federal, mais do que elencar um rol de objetos, intenta-se interrogar seus sentidos e significados no contexto da educação dada às crianças do meio rural, sob o signo do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano.

Da exposição das escolas rurais do Distrito Federal, de 1962, só sobreviveu um relato sobre ela, feito pela jornalista Yvonne Jean³, na coluna dedicada ao ensino que assinava no jornal diário local *Correio Braziliense*⁴. Essa jornalista, grande conhecedora da questão educacional e amiga próxima de Helena Antipoff, não se limita a narrar o que viu na Exposição, mas tece também algumas considerações sobre as realizações em matéria de educação rural que esta testemunhava. É assim, em meio à opinião da jornalista, que devemos buscar os indícios, vestígios e sinais (Ginzburg, 1989) da materialidade das práticas pedagógicas ruralistas ali exibidas.

Além do relato de Yvonne Jean, recorreremos também a alguns escritos de Helena Antipoff, nos quais é possível tomarmos contato com os pressupostos pedagógicos para o ensino rural por ela implementados e que estiveram na base da formação recebida pelos orientadores rurais do Distrito Federal durante sua passagem pelo ISER. Trata-se de um esforço por identificar os modelos pedagógicos que podem ter sido materializados nos artefatos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal. Concorde-se, assim, com Roger Chartier, quando escreve que “não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência” (Chartier, 2004, p. 18). Isto é, os artefatos em exibição, fruto de determinadas práticas educativas, articulam-se e adquirem significado quando contrastados com as representações sobre eles presentes nos textos antipoffianos.

Em termos metodológicos, realizou-se uma leitura do relato de Yvonne Jean sobre a Exposição Pedagógica, enfocando-se, sobretudo, a materialidade escolar ali exibida. Em seguida, buscaram-se pistas sobre o significado educativo dessa materialidade nos escritos de Helena Antipoff reunidos nas coletâneas de suas obras completas, publicadas em 1992. Em seguida,

estabeleceram-se relações entre as materialidades e essas representações (Chartier, 2002) sobre elas.

A narrativa historiográfica, construída a partir desses pressupostos teóricos, historiográficos e metodológicos, estrutura-se em duas partes. Na primeira, de forma breve, é apresentado o contexto de atuação dos orientadores rurais, que culminou na Exposição das Escolas Rurais, no final do primeiro semestre de 1962, conforme descrito pela jornalista Yvonne Jean aos leitores do *Correio Braziliense*. Na segunda parte, ainda guiados pelo olhar de Yvonne Jean, a exposição e seus objetos são analisados em três grupos que puderam ser recuperados: os artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais; os artefatos ligados ao ensino da música nas escolas rurais e os artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural. Ao final, são tecidas algumas considerações, a modo de conclusão.

A zona rural do Distrito Federal como espaço de ação educativa

Yvonne Jean, tendo consultado fichas individuais dos estudantes da zona rural, nas quais os orientadores registraram informações sobre suas condições físicas, psicológicas e intelectuais, começou sua coluna tecendo as seguintes considerações:

Não foi fácil idealizar um plano de trabalho em zonas abandonadas, onde as fichas individuais das crianças indicam “é muito desnutrida, necessitando, além do mais, vermicidas e prática de exercícios físicos”, “é incapaz de desenvolver atividades normais, pois sofre de apatia, é muito desnutrido, não tem vigor muscular, é muito pontual”; “ótimo comportamento, mas muito tímido devido ao ambiente em que vive, e precisando de um meio mais elevado, melhor alimentação e vermicidas. Pontualidade excessiva”; “considera-se inferior às colegas, tem necessidade de carinho, precisa de atividades para se desenvolver fisicamente”; “raqútica, pouco disposta nas suas atividades, necessita de melhor alimentação. Tímida”; “criado em um ambiente baixo, é um tanto agressivo e sempre briga com os colegas, é bem subnutrido”; “necessita de melhor ambiente social e alimentação”; “nunca possuiu um lar”; “não possuindo recursos econômicos, é muito desnutrido”; “sempre fica afastado dos colegas, filho de pais de poucos recursos, necessita de melhor alimentação, sendo esta a causa do seu raquitismo”; “mora longe e faz imensos esforços para chegar às aulas no horário estipulado, necessita de melhor alimentação e vermicidas”; “apesar de inteligente,

pouco produz por se cansar ao percorrer 3 quilômetros para chegar a aula, por sofrer de afecções visuais e parco crescimento devido à má nutrição”; “frequenta as aulas com muito gosto, físico de grande vigor, carecendo, entretanto, de boa alimentação”. Para que continuar? 95% das fichas individuais da Escola Rural que escolhemos ao acaso, gritam por melhor alimentação, melhor meio, vermicidas para as crianças que querem estudar e cuja fraqueza física gera apatia! (Jean, 1962, p. 9).

A adoção de fichas individuais dos estudantes indica a preocupação dos orientadores rurais em conhecer e classificar o público atendido pelas escolas rurais. Não sabemos a totalidade de informações que eles procuraram coletar, mas, sem dúvida, aquelas selecionadas por Yvonne Jean constroem uma representação bastante negativa e preocupante da situação vivida pela infância rural no Distrito Federal.

Crianças mal alimentadas, com problemas de saúde, que lutavam contra os mais diversos obstáculos para frequentar as aulas e obter, assim, algum resultado no seu processo de escolarização. Por que Yvonne Jean decidiu começar seu relato por essa descrição? Possivelmente, para demonstrar as dificuldades que eram enfrentadas não só pelas crianças, mas por qualquer educador que quisesse trabalhar com elas, dificuldades, em particular, encaradas pelos orientadores rurais que estavam, desde o início de 1962, visitando e implantando nas escolas aquele ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano, que tinha na criança e na sua capacidade de ação a pedra de toque de todo o trabalho educativo pensado para o meio rural. De fato, apesar desse cenário um tanto quanto desolador da realidade do campo, a jornalista considera, porém:

Neste ano de 1962 os progressos do ensino primário nas zonas rurais têm sido muito mais intensos e promissores que nas cidades satélites e núcleos dos arredores da capital [...]. A visita constante de orientadores dedicados e preparados, um programa de estudos ao qual voltaremos, um teatro ambulante de fantoches dedicado a educar as populações representam o começo de atividades necessárias e úteis que poderão, aos poucos, melhorar um quadro desolador, que só ficará saneado quando o problema número um da criança do campo não for mais a fome! (Jean, 1962, p. 9).

Se o contexto do meio rural do Distrito Federal era desfavorável, ainda assim o trabalho dos orientadores rurais foi frutífero, obtendo até mais progressos do que o ensino nas

idades-satélites e nos núcleos populacionais próximos de Brasília, que seriam, em tese, melhor atendidos, já que, desde o início, integravam o sistema de ensino da capital pensado por Anísio Teixeira (Anjos, 2022), diferente das escolas rurais, que foram abrigadas, em princípio, pelos planos de abastecimento agrícola (Brasil, 1960) e só naquele ano de 1962 começavam a ser, efetivamente, integradas ao sistema educacional da nova capital.

A metodologia de trabalho do serviço de orientação rural foi baseada em pelo menos três pontos: visitas constantes às escolas; um programa de estudos adaptado ao meio rural; e um teatro de fantoches por meio do qual a população era sensibilizada para engajar-se no processo educativo dos filhos. Eram só o início de um trabalho mais amplo, reconhece a jornalista, para quem o problema “número 1” a ser saneado era o da fome, enfrentado justamente por pessoas que trabalhavam no setor de abastecimento da nova capital.

O trabalho exitoso só fora possível, segundo Yvonne Jean, pela atuação dedicada de um grupo de orientadores devidamente preparados por Helena Antipoff para atuar na zona rural do Distrito Federal:

O trabalho realizado pelos orientadores rurais Afonso Soler Rodrigues, Cassiano Vieira de Campos, Jose da Silva Rocha, Vanda Maria de Almeida Carvalho e Maria de Lourdes Souza Goulart, segue a orientação do ISER, de Belo Horizonte, criado por esta grande mulher que é Helena Antipoff. Todos passaram uns tempos na Fazenda do Rosário, que, há anos, preconizou a “ruralização do campo”, começando com algumas crianças excepcionais, chamando em torno do grupo inicial, professores, médico, marceneiros e tudo que forma um núcleo de vida. Depois veio a vez das crianças sadias e suas famílias e, enfim, o contato com toda uma população à qual se oferecia interesses que a fixasse no campo, evitando o êxodo para a cidade grande (Jean, 1962, p. 9).

Yvonne Jean, em sua coluna no *Correio Brasileiro*, não se limita a narrar o trabalho realizado pelos educadores. Fazendo de seu quadro editorial um “ingrediente dos acontecimentos” (Darnton, 1996), busca reforçar e valorizar o trabalho dos orientadores rurais junto aos seus leitores. Para isso, destaca a relevância das iniciativas que Helena Antipoff vinha realizando na seara do ruralismo pedagógico na Fazenda do Rosário e no ISER, para a qualificar o que os orientadores, por sua vez, estavam implantando no Distrito Federal. Assim, anuncia aos leitores que

não era qualquer ruralismo que estava sendo disseminado nas escolas rurais do entorno de Brasília, mas aquele de tipo antipoffiano, testado e aprovado “há anos” por “esta grande mulher que é Helena Antipoff”. Um ruralismo que visava, dentre outras coisas, que a população do campo nele se fixasse e evitasse o êxodo para a cidade grande, algo ainda mais sensível em Brasília, cuja consolidação como capital dependia da adesão dos pequenos agricultores aos planos de abastecimento da nova capital, que deveriam dotá-la de um cinturão verde. Era esse o papel conferido, por meio do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano, à escola rural no Distrito Federal.

Para dar testemunho do êxito alcançado pela equipe de orientadores rurais, foi organizada a Exposição das Escolas Rurais. Segundo Yvonne Jean:

As atividades do primeiro semestre escolar terminaram com uma exposição das escolas rurais na Secretaria do Departamento de Ensino Elementar da Fundação Cultural, na quadra 21, casa 15. Escolhemos, entre o farto material didático e os trabalhos de alunos, estes últimos pois são testemunhos de um ensino novo que oferece atividades inéditas, desenvolve espírito, habilidade manual, capacidade de aproveitar materiais regionais e facilita o ensino propriamente dito em regiões até agora abandonadas e sacrificadas (Jean, 1962, p. 9).

Fazer exposições escolares constitui-se numa prática que, no Brasil, remonta ainda ao tempo do Império, quando foi realizada a Exposição Pedagógica de 1883 no Rio de Janeiro (Collichio, 2000). De lá até os anos 1960, muitas exposições, de variados tipos, foram realizadas na escola brasileira, visando apresentar à comunidade escolar as realizações e sucessos da escola e do processo de escolarização.

Particularmente em Brasília, desde a implantação do sistema de ensino, a população acostumou-se a participar desse tipo de evento, como os promovidos pela Escola Parque (Anjos, 2025). O diferencial, aqui, foi a organização de uma exposição sobre um tipo de escola pouco valorizado à época e que fora implantado à margem do plano educacional urbano da nova capital: as escolas rurais. Era um deslocamento de holofotes das escolas que se queriam modernas e modelares – as escolas-classe e a Escola Parque, para escolas que ainda testemunhavam muito da desigualdade educacional brasileira que chegou, também, à Brasília. Escolas isoladas, de mestre único, que atendiam, muitas vezes de modo improvisado e em meio à precariedade, crianças semelhantes às

identificadas por Yvonne Jean nas fichas individuais que abriram esta seção do texto, como apontado por Guilherme França (2020) em relação às duas primeiras escolas rurais da cidade-satélite de São Sebastião.

A exposição em questão foi realizada na sede do Departamento de Ensino Elementar, localizado à época na Asa Sul. Ali foram exibidos tanto materiais didáticos produzidos pelos orientadores como trabalhos feitos pelos alunos, sendo para estes últimos que Yvonne Jean chamou a atenção dos seus leitores, por testemunharem, segundo ela, “um ensino novo que oferece atividades inéditas” e que facilitava o ensino “em regiões até agora abandonadas e sacrificadas”. Que práticas de “ensino novo”, ou melhor, do ruralismo de tipo antipoffiano, os artefatos produzidos pelos alunos das escolas rurais efetivamente testemunhavam? É o que vamos procurar descobrir na próxima seção.

O ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano em exposição

O primeiro aspecto da exposição das escolas rurais abordado por Yvonne Jean é o que diz respeito a artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais. Sobre alguns dos que foram exibidos, escreve a jornalista:

O quadro “Casamento no Arraiá”, obra de uma menina da Escola de Brazlândia, muito colorido sobre fundo preto, lembra a alegria e sensibilidade que geram uma Djanira ou um Guignard. Em Tamanduá aproveitaram o milho para criar cestas e a palha de milho para fazer cortinas. Outra aluna da mesma escola inventou um gato... de bombril.

Na escola da Construtora Rabello são bonecos de meia que realizaram; na de Tamanduá furaram cabaças para nela colocar frutas da horta ao passo que na Papuda usaram o mesmo material para criar vasos pintados. Sementes de mamona tornam-se colares (Jean, 1962, p. 9)

Outros exemplos de trabalhos artesanais são também mencionados:

O pequeno Evandro Dutra, de 7 anos, criou um transistor de madeira, imitando radiozinho de verdade! Lúcia Amélia Picança fez útil bolsa de bucha. Adivino Machado fez um antiquado carro de boi tradicional, muito bonito. Na Escola da Fercal, as folhas de bananeiras são pintadas de maneira muito moderna, formando enfeites de bom gosto. Na mesma escola, Shiguko faz

desenhos com uma perícia que, bem orientada, poderá levá-la muito longe. Na Escola de Coenge são colheres de farinha, pintadas de preto, que surgem (Jean, 1962, p. 9).

Como se nota na descrição fornecida pela jornalista, os artesanatos produzidos pelos alunos das escolas rurais valiam-se de elementos disponíveis no campo, como palha de milho, cabaças, sementes e folhas de bananeira, ou em casa, bombril e bucha. Com eles, os pequenos eram motivados a criar objetos tanto de uso prático, como cestas e cortinas, quanto objetos de decoração, como o radiozinho de madeira, o carro de boi e o quadro “Casamento no Arraiá”, tão bem-feito que lembrava a arte de uma Djanira ou de um Guignard. Mas qual seria o significado educativo dessa prática implantada pelos orientadores nas escolas rurais do Distrito Federal? É preciso contrastar essa prática com o que pensava sobre ela Helena Antipoff, a formadora dos orientadores no ISER, cuja doutrina constitui-se no modelo pedagógico de referência para os educadores de Brasília.

Sobre a finalidade do artesanato na escola rural, este era o pensamento de Helena Antipoff, o qual, provavelmente, era difundido pelo ISER:

O desenvolvimento econômico do meio rural dependerá em boa parte, das oportunidades que a escola oferecerá ao adolescente no exercício de ocupações suficientemente diferenciadas, culturais e utilitárias, de modo que, iniciadas no trabalho lucrativo e nas artes populares, possam as novas gerações contribuir para o bem-estar social e econômico da comunidade para a fixação da família rural no seu *habitat* melhorado (Antipoff, 1992a [1955], p. 117).

Para a educadora, a introdução do artesanato na escola rural visava contribuir com o desenvolvimento econômico do campo: a intenção era que aquilo que as crianças produzissem pudesse ser vendido e, assim, com o lucro obtido, fosse promovido o bem-estar social e financeiro das comunidades das quais faziam parte, bem como a fixação de suas famílias no campo, mas em um habitat melhorado, transformado pela ação da escola rural. Era, assim, uma prática pedagógica a serviço de interesses econômicos e sociais mais amplos.

Em termos educacionais, o artesanato deveria ser ensinado na escola rural observando-se as seguintes dimensões pedagógicas:

As atividades artesanais na escola serão acompanhadas de estudos relativos ao trabalho: a

matéria-prima e sua origem geográfica, sua estrutura, qualidades, valor econômico em suas diversas aplicações, abordando ainda o aspecto cultural do trabalho, sua evolução nos diversos países, no folclore, na literatura etc. Escolhidos os artefatos, cada um será objeto de minucioso estudo, em monografias e fichas artesanais, constando nelas a indicação da técnica empregada em cada um, esquema gráfico quanto à forma, proporções, dimensões, colorido, ornamento etc., o cálculo do material necessário à confecção de cada exemplar, o tempo médio para sua execução, o preço da venda, a previsão do lucro etc. (Antipoff, 1992a [1955] p.118- 119).

Funcionando em uma metodologia semelhante à de projetos, praticada por Helena Antipoff na Fazenda do Rosário (Guimarães, 2020), a elaboração dos artesanatos deveria servir a uma série de aprendizados. Na escolha do material a ser empregado, deveriam ser feitos estudos sobre as características físicas da matéria-prima empregada, o seu valor econômico e seus significados em diversas culturas e tradições folclóricas. Ao começar o trabalho de produção artesanal propriamente dito, uma série de procedimentos metodológicos garantiria um conhecimento apurado de tudo o que era necessário para produzir peças que fossem belas e, ao mesmo tempo, vendáveis.

De fato, mais do que uma prática pontual no ensino rural, Helena Antipoff via o artesanato como uma atividade que poderia estruturar todo o aprendizado na escola rural, por meio da formação de clubes ou corporações de artesanato. Sua organização e funcionamento deveriam se dar da seguinte maneira:

Havendo compatibilidade no exercício, simultâneo ou alternado, de ocupações agrícolas, pecuárias, industriais e artísticas nas zonas rurais, é de toda conveniência introduzir na escola rural, ao lado de clubes agrícolas, já existentes em muitas localidades, clubes ou corporações artesanais escolares. Essas corporações terão por objetivo geral: despertar em seus associados e na comunidade o interesse pelos recursos naturais da região, o amor à terra e às tradições; e o desejo de progredir. Suscitar o amor ao trabalho construtivo, formando bons hábitos de ordem, economia, perseverança; desenvolver a inteligência prática, a habilidade manual, a precisão, o bom gosto; a iniciativa e a capacidade, dentro de uma coletividade laboriosa, leal, solidária, em que a riqueza é um fator de progresso econômico e social de todos os seus membros. As corporações artesanais terão como objetivo específico: promover na localidade o interesse pelo artesanato; adequado ao meio, e

organizar artesanatos rurais que, partindo da escola e se estendendo à população, possam contribuir para a expansão econômica da região e consequentemente evitar o êxodo para as cidades (Antipoff, 1992a [1955] p. 117).

Até agora, nas fontes localizadas, não foram encontradas informações de que tenham sido criadas, no Distrito Federal, essas corporações artesanais na escola rural. Todavia, não se pode descartar ter sido com essa finalidade em mente que, já em 1962, os orientadores começaram a introduzir o artesanato nas escolas rurais daquela região, visando, em última instância, contribuir com o desenvolvimento econômico e cultural das populações do campo, tal qual propugnava Helena Antipoff.

Outros dois tipos de objetos que materializavam o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano na exposição foram tratados muito brevemente por Yvonne Jean: artefatos ligados ao ensino da música nas escolas rurais e artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural. Eis o que escreveu a jornalista:

A bandinha escolar leva a criar instrumentos musicais variados, interessantíssimos e aproveitando tampinhas de cerveja, bambu, cabaças, madeira e tudo o mais. Jornais e panos velhos servem para os atores do teatro de fantoches (Jean, 1962, p. 9).

Cada uma das práticas materializadas por esses artefatos (o ensino de música e o teatro de fantoches) tinham, segundo Helena Antipoff, um papel a desempenhar no ensino rural. Começemos pela música.

Para Helena Antipoff, a música era elemento intrínseco à realidade na qual estava inserida a escola rural. Daí a importância de aproveitá-la com finalidades educativas. Sobre isso, escreveu:

É difícil pensar que a escola rural no Brasil possa contar em breve com um aparelhamento musical, por mais barato que possam ser os instrumentos de música, adquiridos no comércio. Raríssimamente veremos um pífano, um violino; talvez, com mais facilidade, uma sanfona, um violão, uma gaita, um cavaquinho, estímulos ao desabrochar das aptidões musicais. Entretanto, cabe à escola rural esse último objetivo, pois no meio rural encontram-se talentos musicais latentes, perdidos para a Nação, por faltarem tais estímulos desde a infância. O canto, que a escola rural pode cultivar, representa, para o mestre atento às aptidões dos seus alunos, uma das oportunidades que tem a criança para revelar aos outros seus dons naturais. Isso não basta,

entretanto, para a criança bem-dotada e que necessite de outras oportunidades, outros instrumentos, sem ser a sua própria voz, para a expressão musical. Para a criação musical parece também ser mais apropriado um instrumento” (Antipoff, 1992b [1948], p. 49).

Visando dar à criança do meio rural uma educação completa, Helena Antipoff incluiu no currículo a música, almejando desenvolver as aptidões musicais dos alunos e o desenvolvimento do que chama de “dons naturais” da criança. Reconhece que nem sempre a realidade da escola rural é favorável a esse intento, faltando nela instrumentos musicais que a criança possa utilizar. Todavia, considera que estes são essenciais para as atividades de criação a serem realizadas pela criança. Uma alternativa é buscar no próprio meio em que vive o alunado rural as alternativas e soluções para esse desafio. Helena Antipoff, de fato, tinha suas preferências pelos instrumentos de percussão, que poderiam ser produzidos com materiais que abundavam no meio rural:

Quais seriam os instrumentos musicais que a escola rural poderá fornecer a seus alunos? Os mais simples seriam instrumentos de percussão e de fricção, com os quais se fará o acompanhamento do canto. Chocalhos de toda espécie, reco-reco, cuícas, pauzinhos de madeira de lei, colheres de pau ou de metal, meias esferas de coco da Bahia, pandeiros etc., quando bem “orquestrados” produzem efeitos bastante agradáveis, e, nas mãos das crianças dotadas de ritmo e sentido musical, podem chegar a constituir verdadeiras “charangas”, uma vez que o “maestro” entenda algo de música. (Antipoff, 1992b [1948], p. 49).

Sendo fundamental o uso de instrumentos para o ensino de música na escola rural, Helena Antipoff dá o mesmo exemplo que Yvonne Jean parece ter encontrado na Exposição das Escolas Rurais de 1962: instrumentos feitos com bambu, provavelmente, um flautim de bambu. No caso desse artefato, a educadora russa dá orientações para sua confecção:

Não é muito fácil, pensamos, construir [...] flautins obedecendo às regras impostas por sua técnica. Muita coisa deve ser ensinada diretamente, guiando o aluno para que evite erros, e consiga instrumentos de som agradável e puro. [...]. Desde já devemos prevenir que a feitura exige bastante habilidade, muita precisão, baseada em medidas milimétricas, devendo-se usar a régua milimetrada. Toda ferramenta deve ser manuseada com cuidado, porque o bambu, de

natureza frágil, se racha com facilidade e o trabalho, às vezes longo, pode ser num instante inutilizado, por um golpe desajeitado do canivete ou furador. Material – todo ele consiste, para um flautim em ré maior, em um pedaço de bambu, bem maduro e seco, de uns 30 cm de comprimento de 19 a 22 mm de diâmetro interno. As paredes do bambu não devem ser muito grossas e ao escolher o bambu procura-se logo um que dê um ruído agradável à percussão. Além do bambu, precisa-se de uma rolha cilíndrica, de 50 milímetros de comprimento e de diâmetro igual ao do bambu. Quando a rolha for de diâmetro maior, diminui-se limando a percussão (Antipoff, 1992b [1948], p. 52).

De novo vemos uma prática, o ensino da música servindo de pretexto para outra, a confecção artesanal de um instrumento musical. Essa é uma característica importante do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano: a constante laboriosidade da criança, estruturada em atividades geradoras de outras, visando, sempre, uma educação integral – no sentido de completa – da infância no meio rural. Ao mesmo tempo em que desenvolveria o ritmo e a harmonia pela execução de um instrumento musical, aprenderia a confeccioná-lo, utilizando recursos do meio e transformando-os em outra coisa, no caso, o flautim. As coordenadas minuciosas do passo a passo para isso revelam, também, uma dimensão técnica da pedagogia antipoffiana: ensinar a fazer, ensinar como fazer, para fazer bem-feito e obter-se os melhores resultados, semelhantes aos que eram expostos nas vitrines da mostra das escolas rurais do Distrito Federal, notados por Yvonne Jean.

Além dos instrumentos para a bandinha musical, Yvonne Jean fez rápida menção ao jornal e aos panos velhos no teatro de fantoches, provavelmente empregados na confecção de bonecos feitos pelas crianças. Na concepção antipoffiana, o teatro de bonecos se prestava a uma educação total, tanto de quem participava dele como de quem assistia às peças. Segundo ela:

Um teatrinho de bonecos é um excelente meio de ocupar a criança em uma infinidade de atividades e funções. Distinguimos em primeiro lugar os dois grupos: os do palco e os da plateia. No primeiro, além de atores – que movimentam os bonecos, falam por eles, cantam, inventam uma porção de situações de acordo com o temperamento e aptidões de cada ator e “personagem” (...) do outro lado do pano existem numerosos artesãos e artistas. Jovens carpinteiros trabalhando a madeira para construir o “castelinho”, os decoradores e pintores de cenários; confeccionadores de bonecos –

cabeças, pernas, braços e mãos; os costureiros, vestindo, com variada indumentária, corpos “humanos” e a bicharada folclórica... sem esquecer os autores, dramaturgos e compositores de música, que tanta graça dão ao espetáculo, com o emprego de instrumentos de percussão, flautins de bambu, bem como toda espécie de sonoplastia, imitação de vozes, da natureza de bichos, passarinhos, etc... (Antipoff, 1992c [1972], p. 233).

Mais do que o conteúdo de uma peça de teatro de bonecos, Helena Antipoff valorizava todas as técnicas necessárias para a encenação como experiências educativas. Fosse atuando na manipulação dos bonecos ou trabalhando nos bastidores; fosse confeccionando personagens ou cenários; fosse escrevendo as estórias ou executando a música que as acompanharia, tudo, absolutamente, era uma oportunidade educativa para a criança do meio rural.

O teatro de bonecos, que parece ter sido introduzido pelos orientadores rurais no Distrito Federal, visava desenvolver diversas habilidades nas crianças, por meio da prática dramatúrgica. O que, certamente, era uma grande novidade no cotidiano das escolas onde recebiam a instrução primária, na medida em que incorporava novos conteúdos à tríade ler-escrever-contar, à qual, muitas vezes, se limitava a educação das populações do meio rural no Brasil.

Todavia, nem todos compreendiam e aceitavam facilmente essas inovações pedagógicas que estavam sendo implantadas nas escolas rurais do Distrito Federal. Ao menos, é o que nos permite pensar a seguinte consideração com a qual Yvonne Jean encerrava seu relato sobre a exposição:

Não devemos continuar uma enumeração que se tornaria fastidiosa. Demos exemplos para ilustrar um ensino que não foi fácil implantar devido ao preconceito nas populações menos adiantadas para com o trabalho manual, no campo e na horta, quando a “escola deve ensinar a ler e escrever e não a trabalhar no campo”. O preconceito está sendo sobrepujado e as crianças recebem um ensino vivo que as prende e interessa, no próprio meio ao qual se ambientam e cujas possibilidades aproveitam (Jean, 1962, p. 9).

Seriam as autoridades do ensino que não compreendiam as inovações que estavam sendo implantadas? Seriam as famílias do meio rural? Não temos como saber. Mas fica claro que a atuação dos orientadores vinha modificando a cultura escolar e a cultura material escolar das escolas rurais do Distrito Federal, precisando, para isso,

romper com preconceitos dos que concebiam a escola rústica como simples espaço de aprendizado de saberes elementares. Ao contrário, o ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano propugnava uma educação integral, no sentido de desenvolver todas as habilidades e potencialidades da criança que vivia no campo, tendo a escola como vetor de novos hábitos, comportamentos e condutas no meio rural. Um processo que não se dava sem resistências, mas que ia se concretizando, como testemunhava a exposição das escolas rurais do Distrito Federal.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo identificar, nos objetos apresentados na Exposição das Escolas Rurais do Distrito Federal, realizada em 1962, a materialização dos pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano naquela região brasileira.

Após uma análise preliminar do contexto vivenciado pela infância rural e seus educadores do Distrito Federal, feita na primeira parte do artigo, foi possível, na segunda parte, identificar, em objetos como artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais; artefatos ligados ao ensino da música nas escolas rurais e artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural, a materialização de pressupostos do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano nas escolas daquele local.

No caso dos artefatos ligados às práticas de artesanato nas escolas rurais, pode-se afirmar que eles materializavam uma prática pedagógica a serviço de interesses econômicos e sociais mais amplos. No campo econômico, poderiam ensinar às crianças, desde a infância, a fazerem do artesanato uma fonte de renda para si e suas famílias. No campo social, eles se constituiriam em uma forma de melhoria do meio rural em que os alunos-artesãos viviam. Os artefatos ligados ao ensino da música, exibidos na Exposição das Escolas Rurais, por sua vez, materializavam preocupações com uma educação integral da criança, que ia do aprendizado da música através de instrumentos de percussão até a construção artesanal desses mesmos instrumentos com elementos tirados do seu próprio meio, numa espécie de educação artística ampliada da criança no ambiente rural.

Já no que diz respeito aos artefatos ligados ao uso pedagógico do teatro de fantoches no meio rural, pode-se dizer que eles se constituíam numa espécie de educação total, na qual todas as etapas

que envolviam esse tipo de teatro, da preparação dos bonecos e cenários à encenação propriamente dita, eram consideradas de teor e alcance educativo, ampliando o leque de atividades normalmente desenvolvidas nas escolas rurais, para além do tripé ler-escrever-contar.

Por fim, foi possível confirmar a hipótese de que, pelo cruzamento do material exposto com os pressupostos pedagógicos do ruralismo de tipo antipoffiano presentes em diversos escritos de Helena Antipoff, é possível afirmar que tal perspectiva pedagógica foi implantada e materializada nos artefatos postos em exibição em 1962 no Distrito Federal.

Estudos futuros, porém, precisarão investigar até que ponto esse ruralismo fincou raízes na cultura escolar das escolas rurais desta unidade da federação ao longo da década de 1960, pelo recurso à documentação existente nos arquivos das atuais escolas do campo e que, à época, funcionavam como escolas rurais. Um levantamento detalhado de fontes nesses arquivos e sua posterior indagação, certamente, esclarecerá melhor os alcances, bem como os limites do ruralismo pedagógico de tipo antipoffiano na história da educação rural do Distrito Federal. O presente artigo, assim, mais do que ponto de chegada, deve ser tomado como ponto de partida para o aprofundamento dessa dimensão do passado educacional local.

Notas

1 Atesta esse crescimento de pesquisas sobre educação rural no Brasil a contínua publicação de obras coletivas (Werle, 2007; Werle, 2010; Lima e Musial, 2016; Werle; López e Triana, 2018; Souza-Chaloba; Celeste Filho e Mesquita, 2020, dentre outras) e de dossiês temáticos em periódicos da área de história da educação (Werle, 2011; Souza e Ávila, 2014; Souza-Chaloba e Lima, 2023). Em nenhum desses trabalhos, porém, a educação rural no Distrito Federal foi abordada. O único trabalho que analisou alguns aspectos das escolas rurais do Distrito Federal foi o de França (2020), embora seu foco tenha sido um levantamento de fontes para a história das duas primeiras escolas de São Sebastião (DF), que acabou descobrindo terem sido, em sua origem, escolas rurais.

2 Trata-se da pesquisa “Uma história das escolas rurais do Distrito Federal (1960-1971)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Universidade de Brasília.

3 Sobre Yvonne Jean e a importância de suas colunas para a história da educação, ver Anjos (2024), especialmente a introdução e a primeira parte.

4 A respeito da história do jornal Correio Braziliense, sua linha editorial e seu testemunho sobre a educação

nos primórdios de Brasília, ver Morelli (2002) e Anjos (2022).

Referências

ABRÃO, José Carlos. **O educador a caminho da roça**. Notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Campo Grande: Editora da UFMS, 1986.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A cultura material escolar nas colunas da jornalista Yvonne Jean (Brasília, anos 1960). In: RIBEIRO, Betânia.; CARVALHO, Carlos Henrique de; BORGES NETTO, Mário (orgs.) **Novas perspectivas para a história da educação no Centro-Oeste**. Jundiá: Paco Editorial, p. 159-187, 2024.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 103, n. 253, p. 87–94, 2022.
DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.103i263.5283.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Exposições de trabalhos da Escola Parque de Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1966). **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 69, p. 1-19, 2025. DOI: 10.46848/251542025

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O jornal Correio Braziliense como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). In: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ZIMMERMAN, Tânia Regina (orgs.). **Fontes históricas em perspectivas situadas: limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 37-54, 2022.

ANTIPOFF, Helena. A escola e as atividades artesanais. In: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das Obras de Helena Antipoff**. Vol. 4 – Educação Rural. Belo Horizonte: CDPHA, , p. 117–120, 1992a [1955]

ANTIPOFF, Helena. A música na escola rural. In: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das Obras de**

Helena Antipoff. Vol. 4 – Educação Rural. Belo Horizonte: CDPHA, p. 49-52, 1992b [1948].

ANTIPOFF, Helena. Vale a pena fazer teatrinho de bonecos. In: ANTIPOFF, Helena. **Coletânea das Obras de Helena Antipoff.** Volume 2 – Fundamentos da Educação. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 233-236, 1992c [1972].

BRASIL. **Agricultura em Brasília.** Rio de Janeiro: SIA, 1960.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. Helena Antipoff. In: FÁVERO, Maria de Lourdes.; BRITTO, Jader Medeiros (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil.** Da Colônia aos Dias atuais. Rio de Janeiro: UFRJ, p.451–457, 2002.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. **Helena Antipoff:** psicóloga e educadora, uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural, entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, p. 13–28, 2002.

COLLICHIO, Terezinha. Primeira Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro em 1883 e um importante Congresso de Instrução cancelado. Resultados de uma pesquisa. **Cadernos de História e Filosofia da Educação,** v. IV, n. 6, p. 149–194, 2000.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução impressa:** a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Edusp, p. 15–20, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. **Linhas.** Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul.-dez. 2010.

FRANÇA, Guilherme Azevedo. **Levantamento de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião/ DF (1959-1996).** (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 143–179, 1989.

GUIMARÃES, Pedro Henrique Oliveira. **Granjinhas escolares e a educação como a vida:** apropriações do Método de Projeto na experiência da Fazenda do Rosário (1957-1969). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 9., 11 jul. 1962.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais.** Sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

MORELLI, Ana. **Correio Braziliense – 40 anos,** do pioneirismo à consolidação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

PINCER, Valeska de Mello. **A formação de professores nos cursos de treinamento e aperfeiçoamento do Instituto Superior de Educação Rural – ISER – Fazenda do Rosário:** 1955-1970. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de (orgs.). Representações, práticas e políticas

de escolarização da infância na zona rural. **História da Educação**, v. 18, n. 43, p. 9-11, 2014.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (orgs.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História da formação e do trabalho de professoras e professores de escolas rurais (1940-1970). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 22, e146, 2023. DOI: 10.14393/che-v22-2023-146

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Curitiba: Copyflex, 2009.

VIDAL, Fernando. A “escola nova” e o espírito de Genebra. Uma utopia político-pedagógica dos anos 20. In: GUEDES, M. C. (org.). **História e historiografia da psicologia: revisões e novas pesquisas**. São Paulo: EDUC, p. 101-127, 1998.

WERLE, Flávia Obino Correia. Dossiê Educação Rural. **História da Educação**, v. 15, n. 35, p. 7-10, 2011.

WERLE, Flávia Obino Correia. **Educação rural em perspectiva internacional**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

WERLE, Flávia Obino Correia. **Educação rural**. Práticas civilizatórias e institucionalização de formação de professores. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livros, 2010.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; LÓPEZ, Oresta; TRIANA, Alba Nídia. **Educação rural na América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2018.